

PSJC  
SAI - DIVISÃO DE  
FORMALIZAÇÃO DE ATOS

05 FEB. 2019

PUBLICADO (A) NO JORNAL

Prefeitura Municipal de São José dos Campos  
Estado de São Paulo

BOLETIM DO MUNICÍPIO  
Nº 2518 de 15/2/19

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 01 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 21/2018**

1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 21/2018, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS e a entidade OSC - Associação de Pais e Amigos de adolescentes em risco - APAR - Execução de Serviço de acolhimento institucional na Modalidade - Abrigo Institucional para crianças com medida de proteção.

Ente Público: Município de São José dos Campos

Organização da Sociedade Civil: Associação De Pais E Amigos De Adolescentes Em Risco - APAR

Objeto do aditivo: Aumento do Prazo de Vigência do Termo de Colaboração

Prazo Original: 12 meses

Prazo a ser Aditado: 36 meses

Prazo Total: 48 meses

Valor original do Termo de Colaboração: R\$ 2.035.126,74

Valor da Parceria com este aditivo: R\$ 7.795.126,74

Dotação Orçamentária:

50.10.3.3.50.43.08.244.0005.2.031.01.510000

50.10.3.3.50.43.08.244.0005.2.031.02.500041

50.10.3.3.50.43.08.244.0005.2.031.05.500042

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº: 7525/2018

Pelo presente instrumento, na melhor forma de Direito, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, neste ato representado pela Secretária de Apoio Social ao Cidadão, Srª Edna Lúcia de Souza Tralli, brasileira, casada, portadora do RG nº 16.247.661-9 SSP/SP e CPF nº 054.263.038-04, por força da delegação de competência derivada do decreto nº 17.396/2017 e alterações, e a Organização da Sociedade Civil OSC - APAR, neste ato representada pela Sra. Ana Paula Clemente Gonzaga, RG.: 37.954.0099-X SSP/SP e CPF.: 087.561.436-13, vêm aditar os termos do Termo de Colaboração nº 21/2018, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica prorrogado o prazo de vigência da Parceria em mais 36 (trinta e seis) meses a contar do termo final original, conforme parecer às fls. 633, relatório conjunto às fls. 635/636, homologação às fls. 634 e 637 e decisão da Secretária às fls. 663 do processo administrativo nº 7525/2018, passando o período total para 48 (quarenta e oito) meses.

Parágrafo único: Em face do aditamento, o Plano de trabalho passa



**PLANO DE TRABALHO  
PARA O EXERCÍCIO DE 2019  
UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL  
MASCULINO E FEMININO PARA CRIANÇAS DE 07 A 11 ANOS  
APAR**

**REDE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



## **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL/OSC**

**1.1.** Nome: Associação de Pais e Amigos dos Adolescentes em Risco

**1.2.** Endereço: Rua Coronel José Monteiro, 428 – Centro.

Cidade: São José dos Campos Estado: SP

CEP: 12.210-140 Telefone: (12) 3302-8347

E-mail: [aparsjc@hotmail.com](mailto:aparsjc@hotmail.com)

Site: [www.aparsjc.com.br](http://www.aparsjc.com.br)

**1.3.** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

Nº do CNPJ: 01.680.455/0001-68 Data da Inscrição no CNPJ: 05/02/1997

**1.4.** Dados Cadastrais

Número de Inscrição no CMAS: 066

Município: São José dos Campos

Número de Inscrição no CMDCA: 055

Município: São José dos Campos

**1.5.** Certificação (Não Obrigatório)

CEBAS: 71000.066148/2017-10, 52441/2018

Vigência: 3 anos

**1.6.** Finalidade Estatutária:

A Associação de Pais e Amigos de Adolescentes em Risco – APAR, por disposição contida em seus estatutos, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

O trabalho executado pela Associação e Pais e Amigos de Adolescentes em Risco – APAR consiste de forma preponderante na Assistência Social de forma gratuita, continuada e planejada, não distribui lucro ou bonificações aos seus dirigentes, sendo que seus cargos de direção não são remunerados e seus bens e demais fontes diretas e indiretas de receitas são direcionadas única e exclusivamente à consecução de sua finalidade estatutária.

## **2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL**

Nome do Presidente: Ana Paula Clemente Gonzaga

RG: 37.954.099-X

Órgão Expedidor: SSP/SP

CPF: 087.561.436-13

Endereço: Praça Padre José Rubens Franco Bonafe, nº 49 Bloco B MG Apto 301, Alto da Ponte – São José dos Campos – SP.

Telefone: (12) 98812-2930

E-mail: [anapresidenteapar@outlook.com](mailto:anapresidenteapar@outlook.com)

## **3. OBJETO DA PARCERIA/IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL**

Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade: Abrigo Institucional para crianças com medida de proteção.

Tipo de Proteção: Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.



Valor Global para execução do objeto: R\$ 5.760.000,00

Prazo de Execução: 36 meses.

Público Alvo: Crianças de 07 a 11 anos.

Meta a ser financiada: Abrigo de 07 a 11 – dois abrigos de 20 crianças cada, um masculino e um feminino.

Período de Atendimento: Ininterrupto (24 horas).

Dias da Semana: 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, sábado e domingo.

Condições e formas de acesso de usuários e famílias: Por determinação do Poder Judiciário;

Por requisição do Conselho Tutelar. Nesse caso, o Poder Judiciário deverá ser comunicado, conforme previsto no art. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abrangência do Serviço: Municipal

Condições de Acessibilidade: Os abrigos institucionais masculino e feminino possui acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiência.

#### **4. ENDEREÇO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

A definir, em processo de locação pelo Poder Público, com a devida atenção nas exigências pertinentes ao imóvel, para a execução do referido serviço.

#### **5. DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ENTIDADE**

Nome Completo: Olívia Esteves de Paula Ferreira

CPF: 836.186.946-87

RG: 37.020.924-2

Órgão Emissor: SSP/SP

Número de registro profissional: 42552

Cargo: Técnico Responsável

Telefone para Contato: (12) 98868-0062

E-mail: [aparsjc@hotmail.com](mailto:aparsjc@hotmail.com)

#### **6. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA ENTIDADE/OSC**

A Associação de Pais e Amigos dos Adolescentes em Risco – APAR é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos.

Iniciou suas atividades no ano de 1994, com participação no Projeto Integrado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa da Criança e do Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NCA/PUC/SP).

Constituiu-se judicialmente em 05 de fevereiro de 1997, no município de São José dos Campos, sob o CNPJ: 01.680.455/0001-68, com Inscrição Municipal nº 153243, Inscrição Estadual Isenta, Utilidade Pública Municipal Lei nº 5256/98, Inscrição nos Conselhos CMAS nº 066, CEBAS, CMDCA nº 055, CMDPI nº 017. No município de Pindamonhangaba inscrição no CMDCA sob o nº 027, Livro 02, página 28.

Desde que, constituída legalmente até os dias de hoje, mantém parceria com o Poder Público na execução de alguns Serviços:

Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes de 07 a 18 anos – São José dos Campos;

Serviços de Acolhimento Institucional para Adolescentes de 12 a 18 anos – Pindamonhangaba;

Serviço de Convivência para Idosos / Centro Dia - Casa do Idoso Leste;

Serviço de Convivência para Idosos / Centro Dia - Casa do Idoso Sul;

Atualmente desenvolve um Projeto próprio "Acompanhamento de Famílias de Adotantes e Adotados", financiado pelo FUMDICAD.

A entidade busca manter sua representatividade ocupando assento nos principais Conselhos, CMAS Conselho Municipal da Assistência Social, CMDCA Conselho Municipal da Criança e Adolescente, CMDPI Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

## 7. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deverá ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Devem funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Faz-se necessária a manutenção dos vínculos familiares entre grupos de irmãos de crianças em acolhimento institucional.

O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

O serviço deverá ser organizado segundo princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e das "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes" do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

## 8. OBJETIVOS

### 8.1. OBJETIVO GERAL

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos.

### 8.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS E RESULTADOS ESPERADOS

Objetivos Específicos	Resultados Esperados
Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;	Redução das violações dos direitos socioassistenciais; Conscientização da importância familiar para as crianças enquanto sujeitos de direitos.



Desenvolver com as crianças condições para a autonomia e o autocuidado;	Construção de possibilidades que viabilizem a retomada do convívio social/familiar; Fortalecimento da autoestima de modo a estimular sua resiliência.
Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;	Desenvolvimento de novas estratégias para resolução de conflitos; A compreensão das estratégias para prestar cuidados à criança e para ter acesso às políticas públicas.
Possibilitar a convivência comunitária;	Fortalecer vivências, discussão e orientações que valorizam as experiências, estimule para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social das crianças;
Promover acesso à rede socioassistencial aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;	Articulação em rede e serviços de políticas públicas setoriais;
Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;	Desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades; Redução de crianças em situação de rua e de abandono.
Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;	Acesso a experiência e manifestações artística, culturais, esportivas e de lazer;
Acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança, em qualquer horário do dia ou da noite;	A acolhida da criança, a compreensão de sua dinâmica de vida, valores e cultura;

### 8.3. Descrição dos resultados que se pretende alcançar com a parceria

Na busca de alcançar os objetivos propostos, os resultados esperados são a garantia de ter vivências pautadas pelo respeito, acesso a atividades (conforme suas necessidades, interesses e possibilidades), acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades, acolhimento em condições de dignidade através de moradia, alimentação, cuidados com higienização, atendimento social, entre outros.

A equipe multidisciplinar, realiza atendimento digno, respeitando as crianças em sua complexidade, mantendo a ética e humanizando os serviços prestados, bem como planejamento em conjunto com outros atores da rede de serviços do Sistema de Garantia de Direitos.

Prevê-se ainda a potencialização da capacidade da família para o enfrentamento de desafios inerentes às diferentes etapas do ciclo de vida familiar, bem como para a superação de condições adversas, tais como situações de vulnerabilidades e violação de direitos, focando na possibilidade de reintegração familiar, preservando os vínculos e convivência entre os irmãos e parentes.

Esta ação, favorece o acolhimento e a garantia à proteção integral a criança de 07 a 11 anos de idade, redução das violações dos direitos e o rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar. Dentro de uma relação



harmoniosa, construção coletiva com comprometimento, responsabilidade e principalmente do entendimento e consciência da grande relevância deste trabalho na vida das crianças acolhidas.

## 9. INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE

A definir, em processo de locação pelo Poder Público, com a devida atenção nas exigências pertinentes ao imóvel, para a execução do referido serviço.

## 10. METAS A SEREM ATINGIDAS

Metas Quantitativas e mensuráveis a serem atingidas	Indicadores de aferição do cumprimento das metas	Meios de verificação para o cumprimento das metas e avaliação dos resultados	Prazo para o cumprimento das metas
40 crianças	Avaliação Técnica; Relatórios Técnicos; Lista de presença; Registro interno; Encaminhamentos recebidos/realizados; Registro no SIAS; Visita do Ministério Público.	Relatórios conforme instrumentais elaborados pela SASC	36 meses
Frequência nas Atividades coletivas, realizadas pela instituição de acolhimento, com as famílias atendidas.	70% das atividades previstas realizadas	Relatórios conforme instrumentais elaborados mensal-SASC Lista de presença	36 meses
Busca ativa das famílias de origem e ampliada.	90% das famílias identificadas e visitadas	Visita Domiciliar Relatórios conforme instrumentais elaborados mensal-SASC Planilha de controle interno das ações realizadas;	36 meses
Desligamento do serviço de acolhimento e retorno às famílias.	70 % de previsão de desligamento.	Registro de acompanhamento técnico. Relatórios conforme instrumentais elaborados mensal-SASC	36 meses
Famílias atendidas referenciadas no CREAS.	Todas as famílias referenciadas aos CREAS.	Relatórios conforme instrumentais elaborados mensal-SASC	36 meses

## 11. AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS E FORMA DE EXECUÇÃO

Para execução dos serviços será realizado acolhida/recepção; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais com resolutividade; encaminhamentos necessários para acesso à documentação pessoal; cuidados pessoais; atendimento social individual e em pequenos grupos; grupo lúdico com famílias, crianças e adolescentes; ações de busca ativa visando a construção de vínculo entre a família e a instituição; acompanhamento social das famílias; acompanhamento social para inserção em família substituta; busca ativa de família extensa; visitas domiciliares; garantia de acesso e frequência na escola; garantia de acesso aos serviços de saúde; atividades de convivência comunitária, recreação, acesso a cultura, lazer, esporte e atividades ocupacionais; capacitação de funcionários; acompanhamento de processos junto a Vara da Infância e Juventude; preparação para a autonomia de crianças sem perspectiva de retorno familiar; integração com a comunidade; oferta de alimentação e vestuário; elaboração de PIA; articulação com demais serviços da rede socioassistencial e intersetorial, mediada pelo CREAS quando necessário, para acompanhamento e inclusão em serviços e acesso a benefícios, articulação permanente com o CREAS, através de reuniões Técnica e visitas institucionais periódicas.

Todas as ações serão realizadas através do cronograma de atividades elaborados de acordo com a necessidade do serviço.

#### 11.1. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PROPOSTAS

Atividades	Descrição da Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1.	Cinema / Teatro	X			X			X			X		X
2.	Visita Cultural em local histórico	X						X			X		X
3.	Passeios Recreativos	X	X					X			X		X
4.	Esportes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5.	Oficinas de Artesanato Participação em atividades comunitárias e oficinas para desenvolvimento de capacidades	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6.	Datas Comemorativas/calendários		X		X	X		X	X		X		X
7.	Pizzaria / Lanches	X				X		X			X		X
8.	Passeios em outras cidades	X						X			X		X
9.	Festas comemorativas/Aniversários	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



10.	Confraternização em grupo Crianças / Famílias	X			X			X			X		X
11.	Confraternização de crianças e funcionários	X						X			X		X
12.	Construção da Agenda da Criança e Álbum de História de Vida das crianças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
13.	Dinâmica com as crianças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
14.	Oficinas Temáticas	X	X		X		X			X	X		X
15.	Roda de Conversas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
16.	Sessão de Vídeos dentro da Unidade de Acolhimento com guloseimas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
17.	Passeios em Parques Temáticos	X									X		X
18.	Jogos / Vídeo Games e música	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
19.	Passeios em Feiras		X		X		X		X		X		X
20.	Atividades Pedagógicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
21.	Estimulação da leitura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
22.	Visita Domiciliar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
23.	Capacitação permanente para funcionários		X				X						X
24.	Elaborar, monitorar e avaliar PIA – Plano Individual de Atendimento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
25.	Acolhida e escuta individual e em grupo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
26.	Construir Projeto Político Pedagógico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



27.	Estudo Social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
28.	Orientação Social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
29.	Encaminhamentos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
30.	Providenciar documentação para as crianças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
31.	Reunião interna e externa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
32.	Visita Institucional	X				X				X			X
33.	Elaboração de relatório	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
34.	Cadastro e monitoramento do SIAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
35.	Evolução de Prontuário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
36.	Busca ativa de familiares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
37.	Acompanhamento do Projeto de Apadrinhamento Afetivo	X		X		X		X		X		X	
38.	Ação junto ao Ministério Público (Juiz/Promotor/Equipe Técnica)	X		X		X		X		X		X	
39.	Visitas na unidade de Acolhimento de Autoridades/Membro da Igreja/Escola e Comunidade	X		X		X		X		X		X	

## 11.2. METODOLOGIA

Considerando a faixa etária atendida (07 a 11 anos), o acolhimento institucional implica numa metodologia que considere o ciclo de vida, isto é, infância e pré-adolescência, e as demandas específicas de cada criança.

Por outro lado, como trata-se de um serviço de acolhimento institucional, serão realizados encaminhamentos e discussões / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos e providenciadas as intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e suas famílias. Encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público e elaboração de relatórios, com frequência bimestral, sobre a situação de cada criança. Acompanhamento focado na possibilidade de reintegração familiar, preservar o vínculo e convivência entre irmãos e parentes (primos, sobrinhos). É atribuição do serviço também, responsabili-

zar-se pelas atividades cotidianas e rotineiras dos acolhidos (levar à escola, atendimentos de saúde, etc.), preferencialmente na rede pública.

As atividades desenvolvidas nas unidades de acolhimento serão planejadas com base no conhecimento do perfil dos usuários e da identificação de suas demandas.

### 11.3. ESTIMATIVA DE DESPESAS (Planilhas Anexas)

#### PAGAMENTOS EM ESPÉCIE

(Quando for o caso, na forma do parágrafo único do art. 94 do Decreto Municipal 17.581/2017).

Esclarecemos que os pagamentos em espécie serão realizados conforme orientação, ou seja, sempre priorizando pela transferência bancária. Porém, justificamos que por conta de algumas particularidades na execução do serviço, pode ser necessário o pagamento em espécie dos itens, conforme planilhas anexas.

**VALOR GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO: R\$ 5.760.000,00**

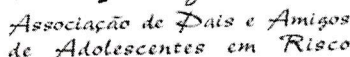
### 12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00
MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00
MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18
R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00
MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24
R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00
MÊS 25	MÊS 26	MÊS 27	MÊS 28	MÊS 29	MÊS 30
R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00
MÊS 31	MÊS 32	MÊS 33	MÊS 34	MÊS 35	MÊS 36
R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00

### 13. MONITORAMENTO E CONTROLE

O Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, faz parte de uma complexidade de ações, que envolvem o trabalho de vários profissionais, responsáveis pela efetivação dos objetivos propostos neste serviço, que em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente prioriza a garantia da proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal, social e de abandono.

Dessa forma, o processo de monitoramento e controle do referido serviço, ocorrerá através de lista de presença (resguardando a identidade da criança e do adolescente), avaliação técnica, relatórios técnicos, registro interno, PIA, reuniões de equipe interdisciplinar, articulação com Vara da Infância e Juventude e Ministério Público, através de encaminhamentos recebidos que foram enviados pela rede socioassistencial, demais políticas setoriais, relató-



rio social mensal à Secretária de Apoio Social ao Cidadão – SASO, registro e atualizações no SIAS e SUAS, que resultará em parâmetros para elaborar novas ações.

#### 14. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da OSC proponente, declaro, sob as penas da Lei, que a entidade apresentou as prestações de contas de valores repassados em exercícios anteriores pela Administração Pública Municipal direta e indireta, que foram devidamente aprovadas, não havendo nada a regularizar ou valor a ressarcir.

São José dos Campos, 23 de janeiro de 2019.

Handed

Proponente

Ana Paula Clemente Gonzaga

Presidente da APAR

PAR  
Olivia Esteves de P. Ferreira  
CRESS 42552



EM BRANCO